

SUMÁRIO

Apresentação	15
Introdução	17
1. As Iniciativas Parlamentares na Área de Educação	33
1.1 Níveis de análise.....	33
1.2 Questões de estudo	34
1.3 As iniciativas parlamentares em educação	35
1.3.1 O tamanho das bancadas	36
1.3.2 A orientação político-ideológica.....	38
1.3.3 A posição dos partidos em relação ao Poder Executivo	40
1.4 A temática das proposições e os partidos políticos.....	42
1.4.1 O tamanho das bancadas	42
1.4.2 A orientação político-ideológica.....	45

1.4.2.1	O conteúdo dos projetos de lei	46
1.4.2.2	O conteúdo das propostas de emenda à Constituição	50
1.4.3	A posição dos partidos em relação ao Poder Executivo	59
1.4.3.1	O conteúdo dos projetos de lei	59
1.4.3.2	O conteúdo das propostas de emenda à Constituição	64
1.5	Conclusões do capítulo	68
2.	O Poder Legislativo e o Poder Executivo na Produção Legal da Política Educacional	71
2.1	A origem das leis educacionais do período	71
2.2	O conteúdo das leis educacionais do período.....	74
2.3	As chances de um projeto de deputado da situação ou da oposição se tornar lei.....	78
2.4	Relação entre volume e conteúdo das leis educacionais	80
2.5	Conclusões do capítulo	81
3.	A Primeira Grande Mudança na Política de Financiamento da Educação: Estudo de Caso do Fundef.....	83
3.1	A Proposta de Emenda à Constituição nº 233, de 1995	86
3.1.1	A tramitação da proposta.....	88
3.1.2	O substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados.....	100
3.1.3	A votação da PEC no Senado Federal	104

3.2 A regulamentação da emenda constitucional do Fundef	105
3.2.1 O substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei	111
3.2.2 O substitutivo no Senado Federal	128
3.2.3 A sanção do projeto	128
3.2.4 Os recursos dos partidos ao Poder Judiciário	130
3.3 Conclusões do estudo de caso	134
4. A Segunda Grande Mudança na Política de Financiamento da Educação: Estudo de Caso do Fundeb	137
4.1 A tramitação da proposta	141
4.2 O substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados	159
4.3 A votação da PEC no Senado Federal	165
4.4 O retorno da PEC à Câmara dos Deputados	174
4.5 A regulamentação da emenda constitucional do Fundeb	176
4.5.1 O projeto de lei de conversão da Câmara dos Deputados	187
4.5.2 O projeto de lei de conversão no Senado Federal	195
4.5.3 O retorno do projeto à Câmara dos Deputados	197
4.5.4 Os vetos do presidente da República	198
4.6 Conclusões do estudo de caso	199

5. O Congresso Nacional e a Avaliação da Educação Superior	205
5.1 A avaliação da educação superior no contexto da história da legislação educacional brasileira.....	205
5.2 A primeira grande mudança: a Medida Provisória nº 1.159, de 1995	209
5.2.1 O projeto de lei de conversão do relator	212
5.3 A segunda grande mudança: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).....	218
5.3.1 A primeira proposta do Ministério da Educação	221
5.3.2 A Medida Provisória nº 147, de 2003	222
5.4 Conclusões do estudo de caso.....	227
6. Considerações Finais.....	229
Referências	237